

Cardoso, FH

MARTA SUPLEY

ESTADO DE SÃO PAULO

Para trás, volver!

"(...) Aquele que quer governar a multidão... deve saber com certeza quais os que são inimigos da nova ordem. Sem isso o governo terá uma existência efêmera"
Maquiavel, em O Príncipe



O presidente descumpe acordos internacionais assumidos pelo Brasil

A cada dia que passa, o governo FH toma atitudes que distanciam o presidente do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Não ignoramos que um cargo com tal dimensão, como o que ele ocupa, não lhe permitiria seguir à risca todos os princípios e idéias elaboradas na academia. E era de esperar que, tendo como base de apoio uma coligação com partidos que nunca primaram pelo apoio às idéias defendidas pelo sociólogo, o presidente encontrasse imensas dificuldades para avanços.

Mas retroceder... Não se esperava tanto!

Vejam: na semana retrasada, lá veio o Decreto nº 1.775 que alterou os critérios de demarcação de terras indígenas no Brasil. Ao permitir o contraditório, esse decreto possibilitará a todos que se sentem — ou se sentiram — prejudicados pelas demarcações questioná-las judicialmente. Segundo a Funai, tal medida permi-

tirá a revisão de 344 áreas indígenas já demarcadas e homologadas pela Funai e pelo próprio Ministério da Justiça. Além de serem diminuídas, essas áreas poderão viver um acirramento da disputa e dos conflitos armados entre madeireiros, grileiros, garimpeiros e índios.

O governo permite, assim, que se passe por cima da nossa Constituição, que, no caput do artigo 231, determina que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam". E despreza a ECO-92 e a Convenção sobre Diversidade Biológica que o Brasil assinou, que defendem a proteção legal dos conhecimentos e práticas das comunidades locais e indígenas, reconhecendo que essa sabedoria é fundamental para o desenvolvimento sustentável da biodiversidade do planeta.

O presidente sabe de tudo isso, mas está agindo como se achasse que os índios estão tendo terras além da conta... e dos direitos.

E, na semana passada, mais outra decisão de FH causou espanto e repúdio: o veto presidencial a partes da lei que regulamenta ações de planejamento familiar, referentes à esterilização

cirúrgica voluntária nos hospitais públicos.

Espanto porque o presidente conhece muito bem a problemática: a esterilização é o segundo meio de regulação da fertilidade mais utilizado no Brasil. Sua não-regulamentação vai contribuir para a continuidade da disseminação e mercantilização dessa prática, usada até em campanhas eleitorais como moeda de troca de votos, do "por fora" que faz do Brasil campeão de cesárias desnecessárias e, provavelmente, do número de abortos.

Também o presidente descumpe acordos internacionais assumidos pelo Brasil. Na IV Conferência da Mulher, cuja delegação brasileira foi chefiada pela dra. Ruth Cardoso, o Brasil reafirmou o compromisso (assumido no Cairo) de possibilitar a mulheres e homens o exercício de seus direitos reprodutivos com liberdade, direito à informação, opção e oferta de métodos de concepção e contracepção na rede pública.

Após o espanto, veio a explicação dada aos deputados da Frente Parlamentar da Criança: "Foi um erro. Fui mal assessorado. Apresentaram um parecer jurídico... Mas não se preocupem, nós vamos derrubar o veto."

Esse episódio nos leva a pensar nas seguintes hipóteses:

■ O presidente assinou sem ler, o que é comum quando os documentos são examinados antes por pessoas de confiança.

■ O presidente leu o parecer jurídico contrário ao artigo e foi in-

duzido ao erro. Se o ministro Jate-ne diz não ter enviado ao presidente esse parecer, por não concordar com ele, e afirma que "alguém do Planalto pediu que o enviassem", sem sua autorização, é grave. Houve uma articulação para induzir o presidente ao erro. Quem foi o responsável?

■ O presidente, pressionado pela CNBB e por seu vice, Marco Maciel — extremamente católico, que no Senado não permitiu que passasse nada sobre planejamento familiar —, assinou o veto numa estratégia de vetar, não comprar briga com a Igreja e com o vice e, depois, articular a derrubada. Entretanto, o desgaste dessa manobra toda torna a opção absurda, embora alguns deputados a achem plausível.

Se, realmente, o presidente foi induzido ao erro deliberadamente, ele precisa, seriamente, avaliar a *quantas induções ao erro* ele pode estar sendo levado. Será que o caso das reservas indígenas não pode ter sido um deles? Afinal, o ministro Nelson Jobim foi contratado anos atrás pelo governo do Pará para arguir a constitucionalidade do Decreto 22/91, que demarcava terras indígenas...

Abra o olho, presidente! Não marche para trás!

■ **Marta Supley, psicanalista, deputada federal (PT-SP), é integrante da Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Direitos Humanos e suplente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias na Câmara**